



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE ZOOTECNIA**

YARA THAYSE FIDELIS PAULINO

**GÊNERO E RURALIDADE: INVESTIGANDO O MERCADO DE TRABALHO DAS
TRABALHADORAS RURAIS DO BRASIL 2012 – 2022**

AREIA

2024

YARA THAYSE FIDELIS PAULINO

**GÊNERO E RURALIDADE: INVESTIGANDO O MERCADO DE TRABALHO
DAS TRABALHADORAS RURAIS DO BRASIL 2012 - 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Zootecnia no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Zootecnia.

Orientadora: Prof. Dr^a. Emanuelle Alícia Santos de Vasconcelos.

**AREIA
2024**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P328g Paulino, Yara Thayse Fidelis.

Gênero e ruralidade: investigando o mercado de trabalho das trabalhadoras rurais do Brasil 2012-2022 / Yara Thayse Fidelis Paulino. - Areia:UFPB/CCA, 2024.
35 f. : il.

Orientação: Emanuelle Alícia Santos de Vasconcelos.
TCC (Graduação) - UFPB/CCA.

1. Zootecnia. 2. Mercado de trabalho rural. 3. Desigualdade de gênero. 4. Participação feminina. I. Vasconcelos, Emanuelle Alícia Santos de. II. Título.

UFPB/CCA-AREIA

CDU 636(02)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CAMPUS II – AREIA-PB
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE ZOOTECNIA

DEFESA DO TRABALHO DE GRADUAÇÃO

Aprovada em 16/11/2023

“Título: Gênero e Ruralidade: Investigando o Mercado de Trabalho das Trabalhadoras Rurais do Brasil 2012 - 2022”

Autor: Yara Thayse Fidelis

Paulino Banca Examinadora:



Prof.ª. Dr.ª Emanuelle Alícia Santos de Vasconcelos
(Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba
(UFPB)



Prof. Dr.ª Marcia Eugênia de Souza
(Examinadora) Universidade Federal da
Paraíba (UFPB)



Dra Aianne Batista Lira Tonhá (Examinadora)
Universidade Federal da Paraíba

*Ao meu querido e amado pai (in memoriam), nada se
perdeu, és minha luz e seguirei com teu amor, antes
fisicamente, hoje, conto com seu apoio espiritual.*

*“Mas tenho certeza de que nem tudo se perdeu,
pois tudo foi feito com muito amor*

Eu amei vocês

Amei com todo meu amor

Eu ainda amo vocês”

Evaldo Braga.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus pela vida e oportunidade de vivê-la intensamente, por ter sempre guiado, sustentado e me mantido de pé mediante todos os percalços encontrados neste caminho, principalmente pelas graças alcançadas. Ao universo por me permitir viver no mesmotempo espaço que pessoas tão importantes, como quais os citados abaixo.

A minha família, especialmente ao meu forte pai Francisco de Assis Paulino da Silva *in memoriam*, minha dulcíssima mãe Maria da Glória Fidelis da Silva, minha querida irmã Thamara Laryssa Fidelis Paulino Giovaneti, meu sensato cunhado Matheus Rodrigues Giovaneti, a minha sobrinha tão querida e amada Olga Paulino Giovaneti (minha pandinha), por todo apoio concedido, abdições para que eu pudesse, mais uma vez seguir meus sonhos, mesmo que vocês não me quisessem sempre tão longe, além de toda confiança para que eu chegasse até aqui e por acreditarem no meu potencial, principalmente quando eu tentei desistir várias vezes. À vocês toda minha gratidão, meu amor, carinho e dedicação.

A instituição Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Agrárias Campus II Areia PB, por oferecer em sua conformação o curso de Zootecnia, bem como a coordenação do curso representado pelas pessoas das Professoras Adriana Evangelista e Jacinara Hody, a comunidade acadêmica num todo, principalmente ao Seu Assis, como um representante maravilhoso da vila acadêmica.

A minha orientadora Prof^{ra}. Dr^a. Emanuelle Alícia Santos de Vasconcelos, pela amizade e leveza que transpassou ao aceitar trilhar este caminho comigo, por estar presente neste importante ciclo da minha vida, pela paciência e pelo conhecimento transmitido ao longo da nossa parceria. Pelas risadas e pelas orientações também não acadêmicas que levarei para a vida, Obrigada por tudo, Manu!

A Prof^{ra} Dr^a Yirina Valdes Vazquez, por ter me orientado em projetos de iniciações científicas, que me fizeram amadurecer enquanto pessoa e profissional, me dando apoio em momentos cruciais dentro da academia e fora dela. Serei sempre grata por ter confiado e acreditado em mim.

Ao Prof Caetano Filho, pela amizade caótica e sincera, obrigada por tudo.

Ao corpo docente da Universidade Federal Da Paraíba, em especial aos professores que me receberam muito bem quando desenvolvi ESOs, tais: Ludmila Paz, Fernando Perazzo, Patricia Givisiez e Marcelo Rodrigues, pois, toda troca compartilhada foi importantíssima na caminhada, contribuindo, imprescindivelmente, para a minha formação profissional.

A Estella Avancini, por ser a pessoa que eu pude amar desde 2004, por ser meu ponto de paz, risadas e conversas necessárias, te amo Té!

A pessoas que se mantiveram durante todo esse processo, pois sabemos que não é fácil 'estar', mediante demandas particulares e pessoais. Agradeço minha querida amiga Jennyfer Keidi, a Diego Cardoso, Raquel Vieira que me apoiou e apoia sempre, trazendo companheirismo, amizade e conforto em todas ocasiões, a Ravena Evellyn, Jakeline Florêncio e a Gislleynne (Gy) que me ensinou sobre nematologia à nível laboratorial e de tabulação de dados. Agradeço por vocês sempre terem tentado (e conseguido) me alegrar em momentos difíceis e, por compartilharmos dias lindos e sinuosos na mesma intensidade.

A Gislene Gomes, minha querida amiga, que os cuidados aos idosos nos uniu, sou eternamente grata ao universo por ter cruzado nosso caminho.

As minhas tias Marli e Marluce Fidelis, que me apoiaram com tanto carinho sempre que precisei.

Ao meu querido tio Antonio Joabe (Tio Neném) que foi o meu pai enquanto eu estive morando na cidade de Areia.

Ao meu colega de profissão e sonhos Adiel Lima, por sempre me acompanhar e apoiar esta jornada.

A minha psicóloga Fabrícia Mota que me ajudou a canalizar a ansiedade para coisas positivas e seguimos juntas até eu ter alta. Ou seja, nunca.

A Marques Gutembergue Dantas pela especial e longa caminhada que compartilhamos, tudo foi feito e vivido no mais alto teor da intensidade, dificuldade, carinho e amor. Obrigada pelas noites de lua. E pelos girassóis. Pelo companheirismo e ensinamentos.

Aos demais que não foram citados mas que contribuíram positivamente para que isto se concretizasse.

Minha eterna gratidão!

RESUMO

Nas últimas décadas, o papel da mulher na economia e na sociedade, como um todo, tem passado por rápidas e significativas transformações. Apesar dos avanços significativos em termos de inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro, ainda existe um baixo aproveitamento da capacidade laboral das mulheres uma vez que as taxas de participação femininas são menores do que as observadas em alguns países. Os marcadores de desigualdades de gênero, podem se tornar ainda mais realçados quando se assume o meio rural, cenário das atividades laborais, tendo em vista que a mulher se insere, ou busca se inserir no mercado de trabalho, por motivos mais enfáticos do que os homens, como a presença de filhos, a aceitação de demais membros da família e a presença de idosos, que pode culminar numa maior despesa e, assim, a necessidade de uma mão de obra a mais no seio familiar. O meio rural brasileiro é um ambiente tradicionalmente patriarcal, no qual predomina o trabalho produtivo masculino. O mercado de trabalho rural ainda se ampara em uma lógica de desigualdade de gênero, que se traduz em invisibilidade do trabalho feminino, baixa representatividade, precarização do trabalho e baixa remuneração das mulheres. O objetivo principal é descrever a participação da mulher no meio rural, desde a sua inserção até a atualidade, visto que tal inserção não é de uma raiz longa. A relevância deste estudo, denota-se pela forma que o trabalho feminino ainda é inviabilizado e cercado de preconceitos. A base utilizada para obtenção de dados foi a PNAD contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), esta acompanha as oscilações trimestrais e fomentos em prazos diversos, da força de trabalho, além de que, ademais informações necessárias para que o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país possa ser efetuado. O período analisado neste trabalho dá-se do ano de 2012 e 2022, visando analisar as dinâmicas e principais mudanças do mercado de trabalho feminino, no meio rural em um intervalo pontual de 10 anos (IBGE). Ao analisar variáveis como horas trabalhadas, cor e raça, escolaridade e posição de ocupação no mercado de trabalho, os resultados mostraram que as mulheres rurais ainda estão em um cenário pouco favorável.

Palavras-chave: mercado de trabalho rural; desigualdade de gênero; participação feminina.

ABSTRACT

In recent decades, the role of women in the economy and society as a whole has undergone rapid and significant transformations. Despite significant advances in terms of women's inclusion in the Brazilian labor market, there is still a low level of use of women's work capacity as female participation rates are lower than those observed in some countries. The markers of gender inequalities can become even more highlighted when rural areas are considered, the setting for work activities, considering that women enter, or seek to enter, the labor market, for more emphatic reasons than those men, such as the presence of children, the acceptance of other family members and the presence of elderly people, which can result in greater expenses and, therefore, the need for additional labor within the family. The Brazilian rural environment is a traditionally patriarchal environment, in which male productive work predominates. The rural labor market is still supported by a logic of gender inequality, which translates into the invisibility of female work, low representation, precarious work and low pay for women. The main objective is to describe women's participation in rural areas, from their insertion to the present, as this insertion does not have a long history. The relevance of this study is demonstrated by the way that female work is still unfeasible and surrounded by prejudice. The basis used to obtain data was the continuous PNAD (National Household Sample Survey), which monitors the quarterly fluctuations and promotions over different periods of time, of the workforce, in addition to the information necessary for the study of socioeconomic development of the country can be carried out. The period analyzed in this work is from 2012 to 2022, aiming to analyze the dynamics and main changes in the female labor market, in rural areas in a specific interval of 10 years (IBGE). When analyzing variables such as hours worked, color and race, education and occupation position in the labor market, the results showed that rural women are still in an unfavorable scenario.

Keywords: rural labor market; gender inequality; female participation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil: Dados do PIB Agronegócio em milhões de R\$ participação no PIB do Brasil, recorte de 2012 – 2022	20
Tabela 2 – Brasil: População ocupada (PO) no Agronegócio, em número de pessoas e em %, no recorte de 2012 – 2022	21
Tabela 3 – Dados da faixa de horas trabalhadas das mulheres, no recorte de 2012 – 2022.....	29
Tabela 4 – Dados de rendimento médio das trabalhadoras em R\$ com valores atualizados para o ano de 2022, no recorte de 2012 – 2022	29
Tabela 5 – Dados de rendimento médio das trabalhadoras distribuído por cor/raça, em R\$, com valores atualizados para o ano de 2022, no recorte de 2012 – 2022	31
Tabela 6 – Rendimento médio das trabalhadoras (em R\$ de 2022), por nível de instrução-2012 e 2022	31

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	–	Brasil: Participação relativa entre homens e mulheres, no mercado de trabalho rural: 2012 e 2022	22
Gráfico 2	–	Brasil: participação relativa das trabalhadoras, no mercado de trabalho rural, segundo o recorte de raça – 2012 e 2022	23
Gráfico 3	–	Brasil: representa grau de escolaridade e a relação com o mercado de trabalho rural, segundo o recorte de instrução – 2012 e 2022	24
Gráfico 4	–	Brasil: participação relativa das trabalhadoras, no mercado de trabalho rural, segundo o recorte posição de ocupação – 2012 e 2022	26
Gráfico 5	–	Brasil: participação relativa, no mercado de trabalho rural, segundo o recorte de previdência – 2012 e 2022	27

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	REVISÃO	13
2.1	A inserção da mulher no mercado de trabalho	13
2.2	Mercado de trabalho do meio rural: o Agronegócio como fonte de geração de emprego e renda.....	14
2.3	A inserção da mulher no contexto das atividades do agronegócio	18
3	METODOLOGIA	19
3.1	Fonte de dados	19
3.2	Análise de dados	19
3.2.1	Variáveis de dados	20
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS	20
4.1	A importância econômica do Agronegócio brasileiro	20
4.2	Perfil das trabalhadoras rurais no Brasil	22
4.3	Características do trabalho feminino no meio rural	25
4.4	Rendimentos das trabalhadoras rurais	29
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS	33

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o papel da mulher na economia e na sociedade, como um todo, tem passado por rápidas e significativas transformações. Apesar dos avanços significativos em termos de inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro, ainda existe um baixo aproveitamento da capacidade laboral das mulheres uma vez que as taxas de participação femininas são menores do que as observadas em alguns países, e ficam bem abaixo das taxas reportadas para os homens no Brasil (BARBOSA, 2014). As diferenças de oportunidades no mercado de trabalho também se fazem notar nas desigualdades de rendimento entre homens e mulheres e nos impactos sobre a família e nos níveis de pobreza, conforme destacam Davies & Joshi (1998).

Os marcadores de desigualdades de gênero, acima mencionados, podem se tornar ainda mais realçados quando se assume o meio rural, cenário das atividades laborais, tendo em vista que a mulher se insere, ou busca se inserir no mercado de trabalho, por motivos mais enfáticos do que os homens, como a presença de filhos, a aceitação de demais membros da família e a presença de idosos, que pode culminar numa maior despesa e, assim, a necessidade de uma mão de obra a mais no seio familiar. Ante exposto, a pobreza se evidencia nestes termos, fazendo com que o trabalho, seja de qual natureza for, se sobreponha à escolaridade, fazendo com que o indicativo de conhecimento seja anulado e, assim, o trabalho manual seja a única forma de rendimento para algumas famílias.

O meio rural brasileiro é um ambiente tradicionalmente patriarcal, no qual predomina o trabalho produtivo masculino. Mesmo perante os recentes avanços sociais, o mercado de trabalho rural ainda se ampara em uma lógica de desigualdade de gênero, que se traduz em invisibilidade do trabalho feminino, baixa representatividade, precarização do trabalho e baixa remuneração das mulheres.

As taxas de crescimento do PIB agropecuário, publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), têm sido também elevadas nos últimos anos. No período de 1990 a 2002, o PIB agropecuário cresceu a 3,18% a.a., enquanto o PIB total cresceu 2,71%. Nos anos de 1999 a 2002, o PIB agropecuário cresceu quase o dobro do PIB total, 4,29% e 2,32%, respectivamente (Gasques e Bastos, 2003). As riquezas geradas pelo agronegócio alimentam a economia como um todo e propiciam condições para a melhoria de qualidade de vida brasileiras.

A grande maioria das pequenas cidades brasileiras tem sua economia alicerçada no agronegócio. Se a agropecuária se desenvolve bem, a economia dessas localidades também apresenta bom desempenho.

Dentro deste contexto, este trabalho se dará pela via da caracterização do mercado de trabalho feminino, no meio rural do Brasil, estabelecendo uma análise comparativa entre os anos de 2012 e 2022, tomando-se como fonte os microdados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ademais, incorpora-se nas equações algumas variáveis que dizem respeito à segmentação e discriminação no mercado de trabalho rural e a inserção do gênero, dentro desta ruralidade.

O objetivo principal é investigar o perfil socioeconômico das trabalhadoras do meio rural, desde a sua inserção até a atualidade, visto que tal inserção não é de uma raiz longa. Investigar as dinâmicas do mercado de trabalho rural, nos últimos dez anos e analisar os rendimentos das trabalhadoras rurais, segundo suas características laborais e socioeconômicas. A relevância deste estudo, denota-se pela forma que o trabalho feminino ainda é inviabilizado e cercado de preconceitos. Contudo, trazer à luz uma compreensão, de forma analítica, de como a diferença salarial entre trabalhadoras rurais, formalizadas ou não, ainda são fortes e de grande impacto negativo.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A inserção da mulher no mercado de trabalho

Com a globalização do mundo, a competitividade e significativos avanços tecnológicos, a demanda que se instaurou, principalmente, no fim do século passado, foi preciso realizar novas organizações do processo produtivo. Tais mudanças conceberam um modelo capitalista totalmente novo, fazendo com que a especialização flexível aflorasse. (WÜNSCH FILHO, 2004).

Bruschini e Lombardi (2003), afirmaram que “esse cenário abriu espaço para a maior participação da mulher no mercado de trabalho, não só pela necessidade de complementação da renda familiar, mas também pela quebra de padrões comportamentais que essas mudanças trouxeram”, atribuindo a significativa alta da inserção feminina nas atividades produtivas com a total e crescente necessidade econômica que decorreram mediante mudanças no mundo do trabalho e a oportunidades elevadas que se apresentaram e, com isso, além de atribuírem o significativo aumento da inserção feminina na atividade produtiva à necessidade econômica decorrente das mudanças no mundo do trabalho e às novas oportunidades surgidas, a partir de então, e apontaram também, “como causas dessa tendência, as transformações demográficas, culturais e sociais que vêm modificando o perfil das famílias brasileiras”. (OLIVEIRA *et al*, 2000; BRUSCHINI, 1994; VILAS BOAS *et al* 2003).

As mulheres estão com uma expressiva presença em funções, cargos e locais diferentes, o que mostra que elas delimitam o espaço tanto no âmbito da produção, quanto no âmbito público. Dessa forma, as mulheres acabam por liderar índices de escolaridade em comparativo aos homens e que, de maneira menos expressiva, ocupam com alta tendência cargos de chefia e posições de gerência, tanto quanto cargos políticos. (CORRÊA, 2004; BRUSCHINI e LOMBARDI, 2003; BRUSCHINI *et al*, 2008).

O mercado de trabalho, pelo ponto de vista feminino, com a inserção da mulher, segue com complexidade, isto significa que ainda existe muita pressão e necessidade constante de que se qualifiquem e se responsabilizem pelas tarefas domésticas. Mesmo conquistando novos papéis e com a possibilidade da realização profissional, não se desfez o tradicionalismo das funções sociais, a elas, atribuídas, fazendo-se perceber que o acúmulo de tarefas domiciliares e profissionais acometem, negativamente, a saúde mental e física das mulheres. (AMARAL, 2013).

Assim, Zanusso e Assis (2009) disseram que, ‘‘após conquistarem incentivos e apoio, aos poucos, as mulheres foram ganhando mais espaços no mercado de trabalho’’. Somando a isto, o aumento de nível escolar, as mulheres aumentaram as conquistas, denotando maior qualificação, facilitando, assim, a introdução delas no mercado de trabalho, porém afirma também menos prejuízos e maiores prestígios em postos de trabalho. (AZEVEDO, MENEZES e FERNANDES, 2000).

Na última década, as mulheres conquistaram um significativo espaço e alcançaram ocupações melhores no mercado de trabalho, lugares de estimado poder no mundo, como um todo. Atualmente, as mulheres deixaram de ser unicamente esposas, domésticas e mães e abandonaram estigmas, passando a contribuir diretamente com a economia nacional. Nas primeiras décadas do século passado, a presença feminina era visivelmente notada em diferentes segmentos mercadológicos, mas, especialmente, no mercado têxtil elas constituíam sua maior mão de obra. (SIMÕES e HASHIMOTO, 2012).

Arroyo, Fuentes e Jiménez, (2016) enfatizaram a influência das construções sociais que perpetuam estereótipos de dominação dos homens sobre as mulheres, levando à submissão tanto no aspecto sexual quanto no econômico. Essas construções sociais desempenham um papel significativo nas dinâmicas de gênero no mercado de trabalho e na sociedade em geral. a percepção de que o gênero é visto como uma variável importante que afeta as expectativas de crescimento de empreendimentos geridos por mulheres. O fato desses empreendimentos serem percebidos como tendo expectativas menores de crescimento levanta questões sobre como as construções sociais podem influenciar a maneira como as mulheres são vistas no mundo dos negócios.

De acordo com Leone (2019), as diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho sempre existiram, porém neste período de maior crescimento, se caracterizou uma melhora na inserção das mulheres, havendo um déficit de desemprego, aumentando a formalidade nas relações de trabalho para as mulheres, apesar de muitas mulheres em domicílios de baixo nível socioeconômico não terem tido maneiras de participar da atividade econômica.

2.2 Mercado de trabalho do meio rural: o Agronegócio como fonte de geração de emprego e renda

O agronegócio é definido como uma cadeia produtiva que compreende a fabricação de insumos, preparados nos estabelecimentos agropecuários e modificada até seu consumo. Essa cadeia engloba atividades fundamentais: pesquisa e assistência técnica, processamento,

transporte, comercialização, crédito, exportação, serviços portuários, distribuidores, bolsas e o consumidor final (CONTINI et al, 2006). O agronegócio ainda pode ser compreendido como o conjunto das atividades de produção, estoque e distribuição de suplementos agrícolas e dos produtos produzidos através deles (DAVIS; GOLDBERG, 1957).

Basicamente, os países classificam sua economia em três distintos setores: o primário, que emprega meios naturais para produzir matérias primas como a agropecuária, a silvicultura, os extrativismos vegetal e mineral; o setor secundário, que converte as matérias primas em recursos intermediários e de consumo final como a indústria de transformação, construção civil, energia, e afins; e o setor terciário ou de serviços que se caracterizam pelo transporte, o comércio e as telecomunicações (NUNES, 2012).

Na segunda metade do século XX, a agricultura brasileira se intensificou, passando por transformações significativas, conferindo taxas elevadas e modificação de fontes de crescimento. Neste período de transformações, a terra e o trabalho aumentaram as produções e se enquadraram num processo crescente deste setor. Estas mesmas transformações se intensificaram mediante o método específico da modernização agrícola, que foi um marco entre os anos de 1960 e 1980, que se caracterizou especialmente pelo método de nucleação central e expandindo o crédito rural subsidiado que era designado à compra dos modernos insumos que se ligavam ao acentuado processo substitutivo das importações. (CONCEIÇÃO; CONCEIÇÃO, 2014).

De acordo com Rodrigues (2006), “o agronegócio brasileiro apresenta êxito, pois superou vários obstáculos em sua história de desenvolvimento”. Com características externas ao setor, a exemplo das alterações macroeconômicas que se motivaram com a inflação e pelos problemas no sistema cambial. Ligados diretamente à atividade, tal como o aperfeiçoamento da tecnologia tropical, o reconhecimento de áreas adequadas ao plantio de grãos no cerrado e o incentivo de empreendedores do Sul do País, os pequenos produtores estabeleceram algumas fronteiras agrícolas.

Auxiliados pelo governo federal, o setor expandiu investimentos no campo, de produção, gerando emprego e renda, proporcionando, assim, o desenvolvimento do interior do país, acabando por incentivar exportações.

Atualmente, o agronegócio se caracteriza como uma das esferas fundamentais da economia brasileira, tanto em termos de produção de renda e emprego quanto do auxílio para o desempenho da balança comercial do país. São incontestáveis as mudanças geradas no setor rural nos últimos trinta anos, tanto quanto a evidente expansão que o agronegócio brasileiro detém com constantes aumentos de produção, produtividade e exportações, representando o

grande apoio do governo brasileiro na política de controle da inflação e gerando saldos significativos na balança comercial (JÚNIOR; OLIVEIRA; SANTOS, 2012).

É verdade que o agronegócio tem desempenhado um papel fundamental na economia do Brasil nas últimas décadas. Ele se tornou uma parte importante do debate econômico e político, muitas vezes atraindo a atenção da mídia devido à sua capacidade de expansão da produção e produtividade, bem como à sua contribuição para a geração de empregos em todo o país. Há várias razões para o destaque do agronegócio no cenário econômico do Brasil, como as exportações: O Brasil é um dos maiores exportadores mundiais de commodities agrícolas, como soja, carne bovina, açúcar, café e milho (Gilio e Rennó, 2018). O agronegócio desempenha um papel crucial nas exportações do país, contribuindo significativamente para a balança comercial. Em 2017, o PIB brasileiro (IBGE) cresceu 1%, enquanto o PIB-volume do Agronegócio, calculado pelo Cepea/CNA, aumentou 7,2% – impulsionado pela produção recorde “dentro da porteira”, pela importante recuperação agroindustrial e pelo consequente “transbordamento” desses crescimentos sobre o setor de serviços. Especificamente sobre a agropecuária (segmento primário do agronegócio), dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), indicam que, entre as safras 1990/1991 e 2016/2017, a produção brasileira de grãos aumentou 310%. Em relação a geração de emprego e renda, os dados que a FGV (Fundação Getúlio Vargas) traz, destacam ainda mais a resiliência e o sucesso do setor agropecuário e da agroindústria no Brasil, especialmente em comparação com outros setores da economia. A forte expansão e desenvolvimento do agronegócio brasileiro, mesmo durante períodos de turbulência econômica, tem impactos positivos significativos no mercado de trabalho e na economia como um todo. Alguns pontos chave a serem destacados incluem o crescimento do agronegócio em relação a outros setores destacando sua importância e sua capacidade de contribuir para o crescimento econômico do Brasil, mesmo em momentos desafiadores; a estabilidade do mercado de trabalho e a capacidade do setor agro em manter e criar empregos, mesmo em condições econômicas adversárias.

Destaca também, um aumento significativo no número de pessoas empregadas no setor agropecuário e agroindustrial no Brasil entre 2019 e 2022. Isso é notável, especialmente considerando o impacto da pandemia de COVID-19 na economia. A criação de 344,15 mil novos postos de trabalho no setor agro em um período de três anos é uma realização notável. Isso demonstra a capacidade do agronegócio brasileiro de gerar empregos de maneira consistente. A capacidade do setor agro de superar os desafios econômicos, como a pandemia, e continuar a crescer é um testemunho de sua resiliência e importância para a economia do país.

A expansão do emprego no setor contribui para a estabilidade do mercado de trabalho, ajudando a mitigar os impactos negativos do desemprego. É notável que o setor tenha superado o nível de ocupação pessoal anterior à pandemia de COVID-19, gerando um processo de recuperação eficaz. A incorporação de profissionais construídos e a substituição de trabalhadores informais por profissionais formalizados são aspectos positivos que destacam para melhorar as condições de trabalho e remunerações. Esses números refletem a importância do agronegócio brasileiro como motor de crescimento econômico e criação de empregos. No entanto, é fundamental que o crescimento do setor continue a ser sustentável e equitativo, abordando questões sociais e ambientais para garantir um desenvolvimento a longo prazo que beneficie não apenas a economia, mas também a sociedade como um todo.

2.3 A inserção da mulher no contexto das atividades do Agronegócio

A mulher brasileira, ao longo dos anos e no decorrer da história vem lutando para obter o merecido destaque, mesmo diante duma sociedade patriarcal, preconceituosa e paternal. Assim, as péssimas condições de acesso as políticas públicas e modos de viver, principalmente em locais mais vulneráveis do país, se estabelece com mais evidência a desigualdade inerente ao gênero. As diferenciações deste gênero no âmbito rural brasileiro, se inclui num aglomerado de demais desigualdades sociais que, por vezes são consideradas insignificantes pela sociedade no que se refere ao dia a dia das mulheres (RAMOS, 2014). Este trabalho da mulher no meio rural é visto, unicamente, como uma extensão de obrigações domésticas, com os filhos e demais membros da família, um trabalho considerado como uma ajuda, o que resulta, de forma problemática na ocultação do trabalho executado por elas. (BUTTO, 2011).

Com esta inserção da mulher no mercado de trabalho, elas ganharam espaços em tipos de trabalhos diversificados, o que não diminui as dificuldades enfrentadas. Atualmente a mão de obra feminina é tida como um diferencial, pois a mulher possui maior disposição para trabalhar, conferindo maior persistência, são mais participativas, trabalham melhor em equipe e solucionam problemas de forma mais parcial. Esse comportamento confere às mulheres uma maior oportunidade de criarem uma maneira própria da gestão feminina, ajustando-se ao padrão de gestão masculina, o que torna mais evidente uma forma de gestão distinta (MACHADO, 2002; OLIARI 2017). As mulheres vêm estabelecendo seu espaço, não apenas no mercado de trabalho, mas no empreendedorismo. Se destacam, cada dia mais, na gestão rural brasileira, na agricultura familiar e afins. A presença feminina é crescente à frente de máquinas agrícolas, em rodas de negócios, em lideranças familiares e em pequenos empreendimentos. Isso denota que os setores agropecuários, assim como em outros setores da sociedade, aceitaram de bom modo.

determinação e o profissionalismo das mulheres. Desta maneira, de acordo com Araújo (2018), ‘as mulheres sempre atuaram no campo, mas nas últimas décadas conseguiram conquistar mais espaço e assumir cargos de liderança no agronegócio brasileiro’.

Ante o exposto, os autores descrevem que as antigas condições de discriminação foram apenas atenuadas, uma vez que a inserção da mulher no mercado, nesse contexto de relevantes mudanças, foi afetada pela precariedade das relações de trabalho, em que o trabalhador se vê desprotegido das regulamentações trabalhistas, em função dos contratos alternativos, isto também, dentro do contexto rural.

Estes descrevem que as mulheres são mais vulneráveis a esse tipo de situação que os homens, em decorrência não só das posições precárias ocupadas por elas, como o trabalho doméstico, atividades não remuneradas ou trabalhos na produção para o consumo próprio ou do grupo familiar, mas também em virtude de circunstâncias como o exercício de atividades em tempo parcial.

Giglio (2020) aponta que ‘houve evolução no sentido de redução das desigualdades no que se refere a gênero’. Contudo, na literatura científica evidencia-se que ainda se avalia que é um processo lento e gradual e que existe uma importante necessidade de que os governos que se destinam a abordar este tema, estabeleçam diligências categóricas na aceção de fomentar tal movimento.

Um estudo feito pelo Cepea/USP (2021), revelou uma crescente participação das mulheres na fronteira produtiva da soja, indicando uma mudança positiva na composição da força de trabalho nesse setor específico. No entanto, o fato de as mulheres obterem rendimentos menores, apesar de serem, em média, mais perdas que os homens, levanta questões importantes relacionadas com a igualdade de gênero e com a equidade no mercado de trabalho. Aumento da participação das mulheres que atuam nas atividades de soja na fronteira produtiva demonstra que mais mulheres estão buscando oportunidades nesse setor, o que é um sinal positivo de diversificação da força de trabalho. O fato das mulheres, em média, serem mais habilidosas do que os homens é uma tendência positiva e sugere que elas estão investindo em sua educação e aquisição de habilidades para se destacarem no setor agrícola. A disparidade nos rendimentos entre homens e mulheres, apesar da maior qualificação das mulheres, é um problema que precisa ser abordado, levantando questões de discriminação de gênero e desigualdade salarial, que são desafios comuns em muitos setores. A igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, independentemente do gênero, é fundamental para garantir um ambiente de trabalho incluindo o impacto de estereótipos, exposição ao assédio, preconceito e a sensação de que precisam provar constantemente suas habilidades e competência.

3. METODOLOGIA

3.1 Fonte de dados

A base utilizada para obtenção de dados foi a PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), esta acompanha as oscilações trimestrais e fomentos em prazos diversos, da força de trabalho, além de que, ademais informações necessárias para que o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país possa ser efetuado. Para atender a tais objetivos, a pesquisa foi planejada para produzir indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre temas suplementares permanentes (como trabalho e outras formas de trabalho, cuidados de pessoas e afazeres domésticos, tecnologia da informação e da comunicação etc.), investigados em um trimestre específico ou aplicados em uma parte da amostra a cada trimestre e acumulados para gerar resultados anuais, sendo produzidos, também, com periodicidade variável, indicadores sobre outros temas suplementares. Tem como unidade de investigação o domicílio. A PNAD Contínua foi implantada, experimentalmente, em outubro de 2011 e, a partir de janeiro de 2012, em caráter definitivo, em todo o Território Nacional. Sua amostra foi planejada de modo a produzir resultados para Brasil, e demais localidades. Desde sua implantação, a pesquisa, gradualmente, vem ampliando os indicadores investigados e divulgados. O período analisado neste trabalho dá-se do ano de 2012 e 2022, visando analisar as dinâmicas e principais mudanças do mercado de trabalho feminino, no meio rural em um intervalo pontual de 10 anos (IBGE).

3.2 Análise de dados

O período analisado desta pesquisa dá-se nos anos de 2012 e 2022. A pesquisa desenvolvida neste trabalho tem a abordagem quali-quantitativa. Flick (2004) salienta que a convergência dos métodos quantitativos e qualitativos proporcionam mais credibilidade e legitimidade aos resultados encontrados, evitando o reducionismo à apenas uma opção. Dentre as contribuições da pesquisa quanti-qualitativa/quali-quantitativa, o autor destaca: reúne controle de vieses (métodos quantitativos) com compreensão, a partir dos agentes envolvidos na investigação (métodos qualitativos); agrega a identificação de variáveis específicas (métodos quantitativos) com uma visão global do fenômeno (métodos qualitativos); enriquece constatações obtidas sob condições controladas com dados obtidos dentro do contexto natural de sua ocorrência; e a validade da confiabilidade das descobertas pelo emprego de técnicas

diferenciadas. Além da análise descritiva que consiste em descrever as principais tendências nos dados existentes e em observar situações que levam a novos fatos. Este método é baseado em uma ou várias questões de pesquisa e não conta com a presença da hipótese.

3.2.1 Variáveis Analisadas

Foi analisada algumas variáveis neste trabalho, tais quais recorte de raça, escolaridade, horas dedicadas ao trabalho, sindicalização e situação de formalização, nível de renda.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

4.1 A importância econômica do Agronegócio brasileiro

A participação e a relevância econômica do agronegócio são indicadas por sua porção no Produto Interno Bruto (PIB). Nesse sentido, uma das formas de mensurar tal relevância, é mediante a análise da contribuição desse segmento para o Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Tabela 1: Brasil: Dados do PIB Agronegócio em milhões de R\$ participação no PIB do Brasil, recorte de 2012 – 2022.

	2012	2022
EM MILHÕES DE REAIS¹	1.882.599	2.600.011
% PIB DO BRASIL	19,1	25

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CEPEA/ ESALQ USP.

De acordo com os dados da Tabela 1, o Produto Interno Bruto (PIB), calculado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), indica que este setor apresentou avanço considerável, trazendo um percentual de 19,1%, em 2012, da participação do PIB Agro dentro do PIB geral do Brasil para 25% desta equivalência, em 2022. Tais resultados sugerem que a capacidade de criação de riqueza, desse segmento, vem se ampliando com o passar do tempo, sobretudo em termos absolutos, haja vista o incremento de 1.560,53 bilhões de reais no interregno dos últimos 10 anos.

Os ganhos produtivos recentes, segundo a CNA (2018), advêm, sobretudo da adoção de novas tecnologias, trazendo diferenciais competitivos e concebendo valor para toda a cadeia,

mediante o papel da inovação.

Para além da capacidade de geração de riqueza, a importância econômica do Agronegócio também pode ser aferida mediante seu potencial de geração de empregos. Nesse sentido, o relatório publicado pela Esalq/USP (2022) traz os dados relacionados ao mercado de trabalho no intervalo de tempo de 10 anos.

Tabela 2: Brasil: População ocupada (PO) no Agronegócio, em número de pessoas e em %, no recorte de 2012 – 2022.

ANO	2012	2022
AGRONEGÓCIO TOTAL	26.971.533	27.822.471
OCUPADOS A PARTIR DO AGRONEGÓCIO (%)	28,89%	26,32%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CEPEA/ ESALQ USP.

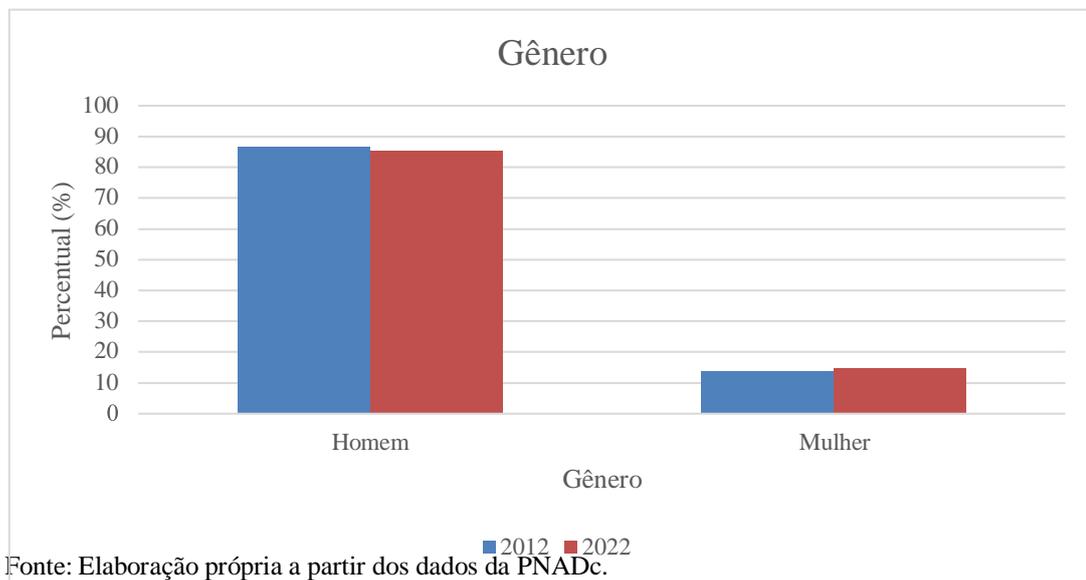
De acordo com a Tabela 2, nota-se que houve um aumento na geração de empregos atrelados ao agronegócio. Em números absolutos, este aumento é perceptível, porém quando se analisa os pontos percentuais de 2012 e 2022 há uma diferença que pode ser explicada no sentido de que a participação do agronegócio é significativa, mas começa a ser alcançada por outros setores da economia, como a participação de serviços, que a cada nova pesquisa, apresenta uma maior participação. Interligando a geração de emprego de todos os setores da economia representados no PIB, este conta com um número de 93.355.760 pessoas, onde o agronegócio empregou 26.971.533 destas em 2012. Em 2022 dos 105.695.123 trabalhadores, 27.822.471 eram empregados pelo agronegócio. Relacionando estes dados a postos de trabalho gerados, isto evidencia que a população ocupada (PO) no agronegócio incrementou-se nos últimos dez anos, acompanhados, em termos quantitativos, as movimentações observadas no PIB do segmento.

¹Em valores constantes de junho/2023

4.2 Perfil das trabalhadoras rurais do Brasil

Além de se analisar a importância do Agronegócio na geração de riqueza e postos de trabalhos para o país, quantitativamente, importa investigar como se deram as mudanças, no mercado de trabalho rural, em termos qualitativos também. Assim, importa analisar quais as características dos trabalhadores que contribuem para esse processo de acumulação de capital, bem como suas respectivas condições de trabalho.

Gráfico 1: Brasil: Participação relativa entre homens e mulheres, no mercado de trabalho rural: 2012 e 2022.



De acordo com o Gráfico 1, observa-se que o gênero masculino ainda é predominantemente mais participativo no mercado de trabalho rural. Em 2012, 86% da população inserida no mercado de trabalho rural era masculina. Cenário esse que não apresentou mudanças significativas 10 anos depois, uma vez que, em 2022, este número diminuiu apenas 1 ponto percentual, atingindo 85% desta participação total. Em contrapartida, o gênero feminino em 2012 registrou uma participação de 14% de inserção no meio rural, e, em 2022, esta participação foi de 15%.

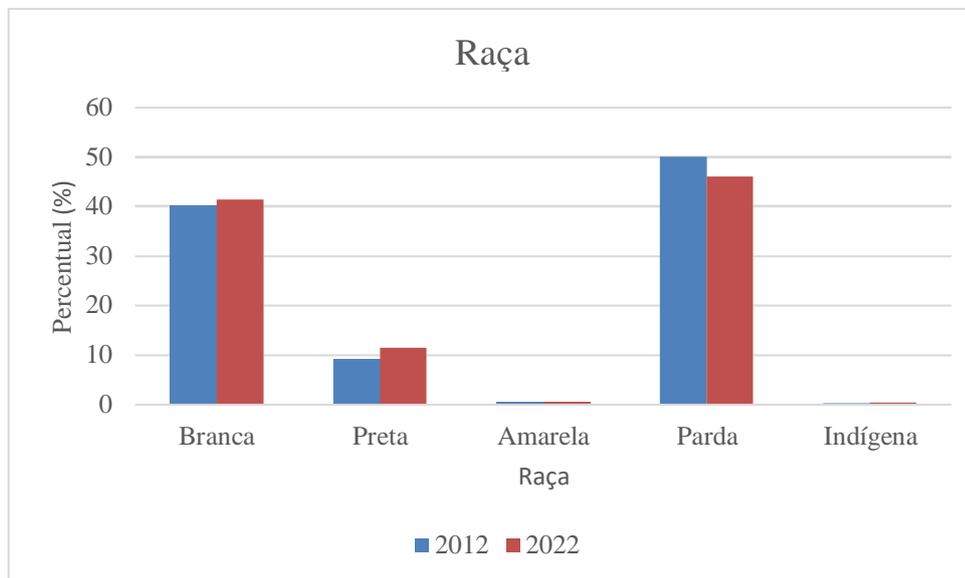
Tais achados se devem, em grande medida, a um modelo de produção patriarcal, onde a participação feminina dentro do mercado de trabalho rural é muito subestimada, tendo em vista que a mão de obra masculina ainda é muito contratada por contar com trabalhos de força, onde a mulher é inviabilizada. Viana (2014) disse que no ambiente rural, as atividades desempenhadas pelas mulheres na produção, no cultivo e nos espaços externos são muitas vezes consideradas como uma extensão de suas responsabilidades domésticas, sendo percebidas mais

como uma ajuda do que como trabalho produtivo. No entanto, é crucial reconhecer que as tarefas realizadas pelas mulheres em seus quintais, por exemplo, não apenas contribuem para a produção de alimentos saudáveis para a família, mas também aumentam a renda por meio da venda do excedente.

O papel das mulheres desempenha uma função fundamental na garantia da segurança alimentar das famílias rurais e, portanto, merece ser plenamente reconhecido e valorizado. Considerando, ainda, um estudo realizado por Brutto (2014), foi observado que as mulheres que vivem em áreas rurais, geralmente, direcionam a maior parte de seu tempo para atividades relacionadas ao trabalho reprodutivo, às responsabilidades domésticas e ao cuidado, donde essas observações corroboram para a análise atual dos dados obtidos pela PNADc em 2022.

Outra característica a ser investigada refere-se à variável raça/cor das trabalhadoras rurais. No Gráfico 2, pode-se observar que a raça é um importante marcador de participação no trabalho rural. No comparativo de 10 anos, mulheres da raça branca registram uma representatividade de 40% em 2012 e 41% em 2022.

Gráfico 2: Brasil: participação relativa das trabalhadoras, no mercado de trabalho rural, segundo o recorte de raça – 2012 e 2022.



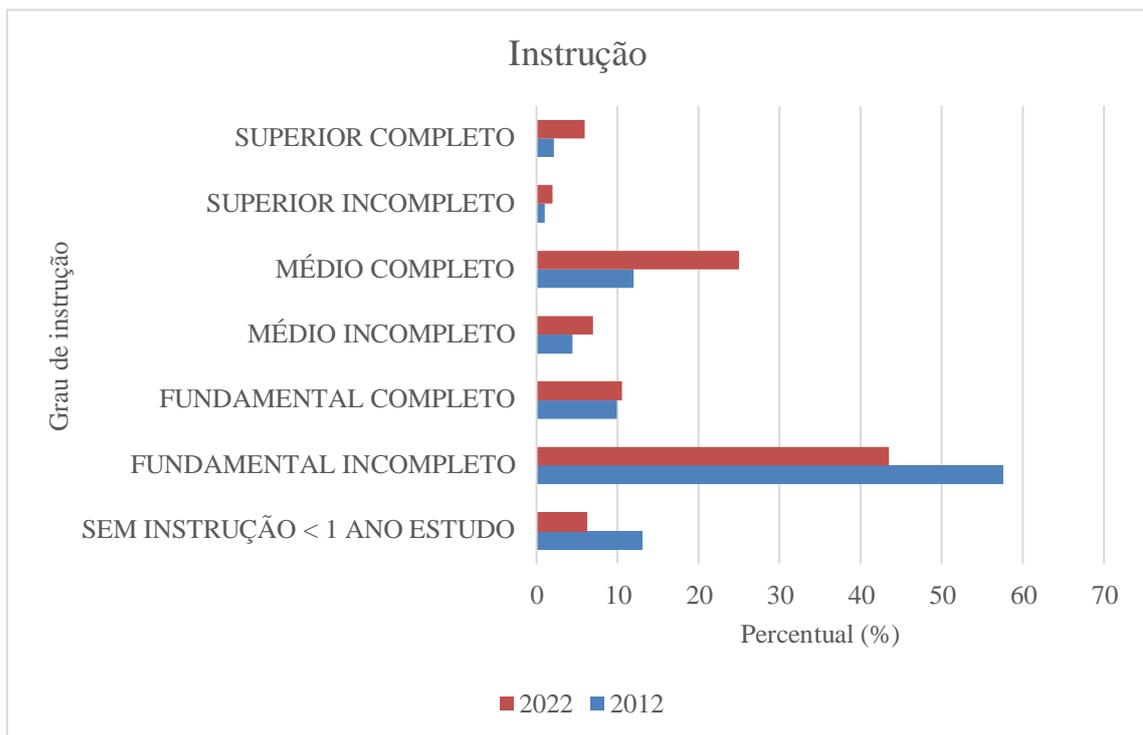
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc.

Analisando os dados comparativamente entre todas as raças/cores, as mulheres que se consideram pardas foram as mais observadas no meio rural, onde a participação no ano de 2012 era de 50% e, em 2022, 46%. Contudo, deve-se salientar que, mesmo havendo uma diminuição de 4 pontos percentuais nesta representatividade, esta raça é a que mais se sobressai dentre as

outras. Tanto na raça indígena quanto na população amarela, não foi observado uma porcentagem relevante de trabalhadoras rurais, não chegando nem a 1% de participação. Para a raça preta houve um sutil aumento da participação em 10 anos, onde em 2012 tinha-se 9% de trabalhadoras e em 2022 11%. Esses resultados estão alinhados com o perfil geral da população brasileira, que se autodeclara, segundo o IBGE (2023), como sendo, majoritariamente, parda.

No que concerne ao nível de instrução das trabalhadoras rurais, nota-se, pelo Gráfico 3 que, o grau de escolaridade Fundamental Incompleto se sobressai nesta análise por mostrar uma discrepante diferença dentre os outros níveis: em 2012, 58% das mulheres tinham unicamente o grau de instrução fundamental incompleto; em 2022, mesmo havendo uma diminuição, essa categoria ainda atinge uma participação alta de 43%.

Gráfico 3: Brasil: representa grau de escolaridade e a relação com o mercado de trabalhorrural, segundo o recorte de instrução – 2012 e 2022.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc.

Dentre os níveis mais elevados, observa-se que as mulheres estiveram mais ávidas no ensino superior completo, onde, em 2012, uma irrisória participação de 2% foi tabulada, chegando, em 2022, a 6% das trabalhadoras rurais. Em 2018 foi divulgado um informe da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no qual destaca que

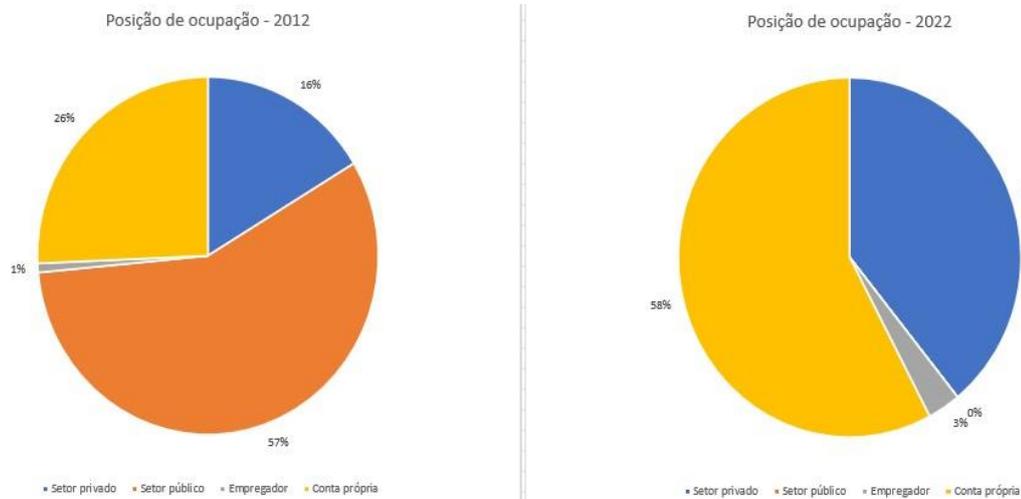
a escola e a assistência técnica são fundamentais para atender a propósitos pontuais, indicando a necessidade de diversificar perspectivas. Isso implica em investigar a qualidade do ensino em escolas rurais e o tipo de suporte técnico disponibilizado para mulheres, incluindo meninas e jovens. Considerando-se que, em países em desenvolvimento, espera-se que o nível escolar aumente com o passar do tempo, nota-se que em 2012 o ensino médio contava com 12% das trabalhadoras rurais; e em 2022, 25% concluíram o ensino médio completo. Em 2012, as mulheres que eram minimamente alfabetizadas ou não mantinham nenhum nível de instrução escolar eram de 13%; já em 2022, esse panorama mudou e contou com 6% de analfabetas. Assim, pode-se inferir, mediante os achados dessa pesquisa, que o nível educacional das trabalhadoras meio rural apresentou um modesto avanço ao longo desses anos, mas que ainda demanda atenção por concentrar um percentual significativo de mulheres com apenas o Ensino Fundamental Incompleto.

Em 2018, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) destacou que a escassez de infraestrutura, como escolas, e a ausência de uma cultura favorável, contribuem significativamente para a elevada emigração da população do meio rural. O cenário que se apresenta, onde existem tantas pessoas com baixa escolaridade pode ser explicado pelo fato de as mulheres precisarem se dedicar ao trabalho desde muito cedo, abdicando de sua instrução básica para poder manter a casa, tanto cuidando dos filhos, quanto dos maridos ou de idosos da família, sendo deixadas em segundo plano para poder elaborar o trabalho doméstico invisível e até o trabalho braçal pouco remunerado.

4.3 Características do trabalho feminino, no meio rural

A comparação que trazemos no Gráfico 4 mostra que, em 2012, 38,13% das mulheres eram servidoras no setor privado e 59,83% trabalhavam por conta própria. Em 2022 houve uma leve redução para 57,73% para as trabalhadoras que se ocupam por conta própria e 39,16% são funcionárias do setor privado. Para as demais ocupações como no setor público, principalmente para o ano de 2012 as empregadoras se mantiveram numa participação mínima, com os números mantendo-se baixos, não ultrapassando 3% mesmo num cenário de 10 anos de estudo.

Gráfico 4: Brasil: participação relativa das trabalhadoras, no mercado de trabalho rural, segundo o recorte posição de ocupação – 2012 e 2022.

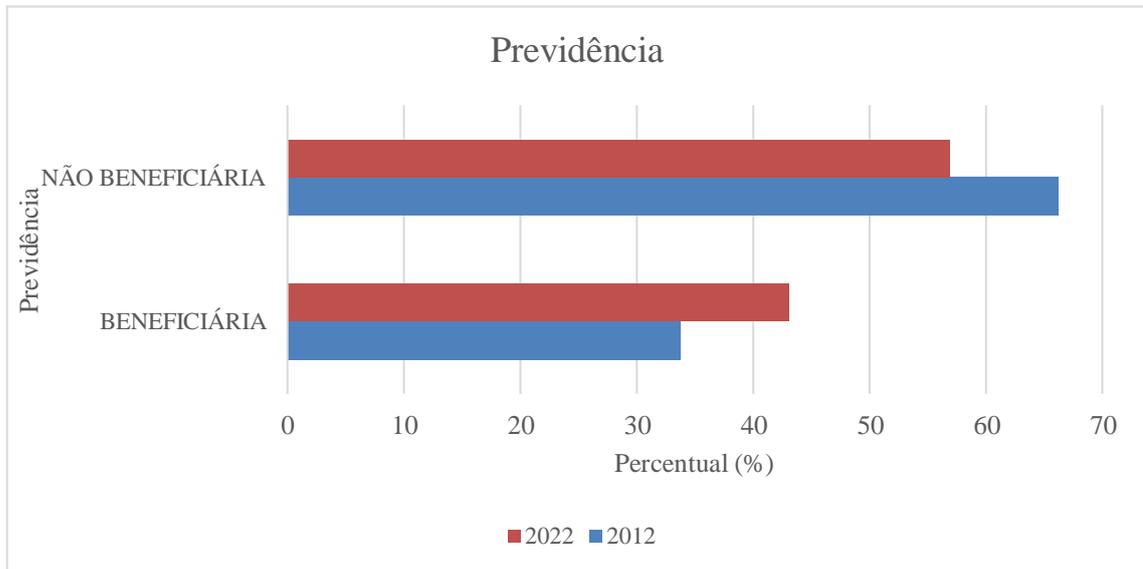


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc.

Os resultados reportados no Gráfico 4, mostram que, de fato, a principal forma de participação no mercado de trabalho é pela via do trabalho autônomo, a trabalhadora conta própria. Essa representação trabalhista caracteriza-se pela ausência de vínculos empregatícios, e conseqüentemente, pela falta de garantias e assistências trabalhistas, ensejando, portanto, a precarização do trabalho rural.

Corroborando com o que foi discutido anteriormente, sobre as possibilidades de informalidade e precarização do trabalho, mediante a considerável participação no trabalho por conta própria, nas informações trazidas, no Gráfico 5, podemos averiguar que a contribuição para a previdência social não é a regra para a maioria das mulheres, que se apresentam como não beneficiárias. Isto significa que em, 2012, 66% das mulheres não eram contribuintes e as beneficiárias somavam 34% das trabalhadoras. Em 2022 houve um aumento de contribuintes, disparando para 43%, porém as mulheres que constam como não beneficiárias ainda registram elevada participação: 57% destas seguem trabalhando sem nenhum tipo de seguridade social, o que ratifica as sugestões de um elevado grau de informalidade do mercado de trabalho no meio rural.

Gráfico 5: Brasil: participação relativa, no mercado de trabalho rural, segundo o recorte de previdência – 2012 e 2022.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc.

O alto percentual de mulheres trabalhando sem se precaver com o benefício da previdência social, é um reflexo da persistência de desafios socioeconômicos e estruturais que afetam a inclusão e a segurança no mercado de trabalho para as mulheres, principalmente para as que estão inseridas no ambiente ruralista. No que diz respeito às trabalhadoras assalariadas, estudos de caso conduzidos pela FAO, Organização Internacional do Trabalho (OIT) e CEPAL em países da América Latina e Caribe destacam a vulnerabilidade das mulheres no campo devido à natureza intermitente do emprego, à baixa sindicalização e às regulamentações legais que não garantem nem mesmo os princípios de trabalho digno preconizados pela OIT.

Uma avaliação abrangente do mercado de trabalho inevitavelmente inclui uma análise das horas dedicadas ao trabalho.

A Tabela 3, mostra a jornada média de trabalho de referência das trabalhadoras rurais, em que 38,56% ou 170.228,28 mulheres rurais em 2012 dedicavam cerca de 15 a 39 horas semanais ao trabalho, enquanto em 2022 este número abaixou para 30,33 % ou 137.904,84 em números totais, que dedicam longas horas semanais ao mesmo tipo de trabalho. Em contrapartida, as mulheres que dedicavam de 40 a 44 horas semanais no ano de 2012 era de 25,14%, passou para o número estridente de 39,16%. Tal faixa de horas trabalhadas é a que está alinhada com a maioria das leis que regulamentam as relações trabalhistas.

Contudo, é importante observar que maior prevalência de trabalho de tempo parcial, abaixo das 40 horas semanais, entre as mulheres ativas, caracteriza um cenário de subocupação,

que conseqüentemente irá impactar em seus rendimentos. Esta disparidade decorre do envolvimento das mulheres em atividades domésticas, reprodutivas e produtivas na propriedade rural, que também é seu lar.

Em suma, a análise de horas não traz consigo grandes surpresas: as mulheres enfrentam menores oportunidades de ingressar no mercado de trabalho, ao contrário dos homens, que dedicam poucas horas semanais às tarefas domésticas.

Outra conclusão é que o número médio destas horas trabalhadas é somado a trabalhos de cuidados tanto da casa quanto dos filhos e também de estudos, visto que o número de mulheres ingressantes no ensino superior cresceu, como na já discutido na análise do gráfico 3. Caracterizando assim, a conhecida jornada tripla desempenhada pelas mulheres. De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar de 2013, as mulheres rurais em sua maioria 90,8% dedicavam 26,1 horas semanais ao trabalho doméstico, enquanto 43,1% dos homens dedicam apenas 10,2 horas semanais para o mesmo tipo de trabalho.

Mesmo com a semana de trabalho sujeita a regulamentações rigorosas e possivelmente menos flexível do que a escolha de participar ou não no mercado de trabalho, a disponibilidade de horas de trabalho desempenha um papel crucial neste estudo. De acordo com os dados do IBGE, para 2014, 45,5% das mulheres rurais encontravam-se inseridas no mercado de trabalho, já os homens rurais, compreendiam 72,2%.

Tabela 3: Dados da faixa de horas trabalhadas das mulheres, no recorte de 2012 – 2022.

ANO	2012	2022
ATÉ 14 HORAS	492.619,50	331.691,70
	11,16%	7,30%
DE 15 A 39 HORAS	1702282,8	1379048,4
	38,56%	30,33%
DE 40 A 44 HORAS	1.110.118	1780666,4
	25,14	39,16%
DE 45 A 48 HORAS	520.814,90	314.263,70
	11,80%	6,91%
49 HORAS OU MAIS	589.362,20	741.087,50
	13,35%	16,30%
TOTAL	4415197,5	4546757,7
	100%	100%

Fonte: Elaboração própria segundo dados da PNADc.

4.4 Rendimentos das trabalhadoras rurais

No que se refere aos dados sobre os rendimentos das trabalhadoras, pode-se observar um ganho real no salário médio de 138%, nesses dez anos. O que pode ser explicado pelos movimentos de melhorias nos níveis educacionais das trabalhadoras, bem como pela maior participação nas faixas de trabalho de 40 a 44 horas trabalhadas. (Tabela 4).

Tabela 4: Dados de rendimento médio das trabalhadoras em R\$ com valores constantes para o ano de 2022, no recorte de 2012 – 2022.

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	ANO		Varição
	2012	2022	(%)
EMPREGADA NO SETOR PRIVADO	656,79	1429,03	117,58
EMPREGADA NO SETOR PÚBLICO	3267,32		
EMPREGADOR	3888,68	5260,73	35,28
CONTA PRÓPRIA	406,55	1106,27	172,11
TOTAL	572,13	1361,79	138,02

Fonte: Elaboração própria segundo dados da PNADc.

Dados referidos à tabela 4 evidencia que o rendimento médio das trabalhadoras, relacionando a posição na ocupação, mostra que a categoria empregador se sobressaiu tendo uma diferença de 35,28% no intervalo de 10 anos onde em 2012 o valor em reais era de R\$ 3888,68 e em 2022 era de R\$5260,73.

Observando-se os dados da Tabela 4, pela posição na ocupação, pode-se identificar que os níveis de rendimento mais elevados são percebidos, como era de se esperar, pelas empregadoras, nos dois anos analisados. Ao passo que os níveis mais baixos de rendimentos são auferidos pelas trabalhadoras conta próprias, aquelas que têm a maior representatividade dentre as formas de inserção no mercado de trabalho, conforme visto no Gráfico 4.

As informações trazidas a lume pela tabela 5 revelam uma participação no trabalho agrícola no recorte do rendimento médio das trabalhadoras, em valores atualizados para 2022, por raça, onde podemos observar que em 2012 mulheres que se consideravam amarelas ganhavam mais, com um salário de 1583,75 já em 2022 as mulheres que se consideram brancas se sobressaem em números absolutos de 2018,13. A variação em percentual do rendimento médio e de que para as mulheres pardas esta variação é de 142,20% em relação a mulheres brancas que traz a variação de rendimento de 135,67% no cenário de 10 anos de estudo, para que possa ser feita esta comparação. Um dado a se destacar é a discrepância no salário de mulheres pretas em relação a todas as outras listadas. Em 2012 enquanto mulheres amarelas ganhavam em média R\$1583,75 as pretas recebiam R\$346,52 e em 2022 este número não melhorou. Mulheres pretas seguem recebendo pouco em comparativo a todas as outras etnias. Embora estas recebam, em média, 779,35 em 2022 as mulheres indígenas recebem 697,94, porém é importante salientar que a proporção de mulheres pretas é significativamente maior do que as indígenas, mesmo porque o Brasil é um país em que sua maioria populacional se considera preta ou parda.

Tabela 5: Dados de rendimento médio das trabalhadoras distribuído por cor/raça, em R\$, com valores atualizados para o ano de 2022, no recorte de 2012 – 2022.

ANO	2012	2022	VARIAÇÃO (%)
BRANCA	856,34	2018,13	135,67
PRETA	346,52	779,35	124,91
AMARELA	1583,75	1544,92	-2,45
PARDA	379,76	919,37	142,09
INDÍGENA	325,83	697,94	114,20
TOTAL	572,13	1361,79	138,02

Fonte: Elaboração própria segundo dados da PNADc.

Na Tabela 6, cruzam-se os dados de rendimento dessas trabalhadoras com seus respectivos níveis de instrução educacional. E, conforme esperado, fica evidenciado que os rendimentos dessas trabalhadoras, em geral, tendem a aumentar na medida em que se avançam os anos de estudos.

Tabela 6: Rendimento médio das trabalhadoras (em R\$ de 2022), por nível de instrução – 2012e 2022.

Nível de Instrução	2012	2022
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	258,385	509,321
Fundamental incompleto ou equivalente	443,132	1049,526
Fundamental completo ou equivalente	653,106	1253,312
Médio incompleto ou equivalente	550,657	1122,085
Médio completo ou equivalente	801,472	1425,136
Superior incompleto ou equivalente	1425,456	2269,889
Superior completo	3980,426	4442,473
Total	572,134	1361,787

Os resultados reportados acima apontam para a condução de políticas públicas que oportunizem maior qualificação educacional para as trabalhadoras rurais como via de redução de desigualdades salariais e minimização da precarização das relações trabalhistas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante ao exposto, podemos concluir então que o mercado de trabalho no meio rural ainda é muito inviabilizado para as mulheres, explanando que a mão de obra do gênero feminino é tida como um trabalho invisível em que elas sempre são vistas, unicamente, como uma ajuda, e não como um trabalho propriamente dito. A extensão da jornada de trabalho, muitas vezes é dupla ou tripla, onde o trabalho doméstico é sempre realizado pelas mulheres, tendo em vista a necessidade intrínseca de que os cuidados devam ser realizados por elas e neste panorama vimos que ainda temos um caminho muito longo para se percorrer até que a participação feminina, tanto no meio rural quanto no urbano, seja vista como algo importante. A participação econômica pode ser muito explorada quando a real importância for dada. A implementação de políticas públicas voltado ao público feminino rural para reduzir hiatos entre homens e mulheres, por equidade de gênero no mundo rural é extremamente necessário. Sendo assim, as mulheres são socializadas no âmbito doméstico, compartilhando vivências com mulheres de gerações anteriores, que desde cedo lhes transmitem uma série de atributos concretos. Desde a infância, as meninas aprendem as nuances das atividades domésticas, assumindo o papel de donas de casa. Em contraste, a socialização masculina é distinta: os homens são ensinados a aprender a serem homens fora do contexto doméstico, buscando interações mais horizontais. A importância de olhares atentos a singularidades das mulheres na área rural deve ser ressaltada, considerando o papel das mulheres para a produção, para a reprodução da vida do campo, para a agricultura e para todos os âmbitos possíveis que elas quiserem ser inseridas e respeitadas. É importante destacar que no intervalo desses dez anos ficou perceptível o crescimento do Agronegócio em termos de PIB, na sua capacidade de gerar riqueza. Contudo, todo esse crescimento não necessariamente se traduziu em desenvolvimento para as condições de trabalho da mulher do campo, que embora, tenha registrado pequenos avanços, ainda se caracteriza como sendo uma mão de obra pouco qualificada, mal remunerada e sem maiores garantias sociais e trabalhistas, ratificando um cenário de precarização do trabalho feminino.

REFERÊNCIAS

- AMARAL., Grazielle Alves. OS DESAFIOS DA INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO. *Itinerarius Reflectionis*, Goiânia, v. 8, n. 2, 2013. DOI: 10.5216/rir.v2i13.22336. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/22336>. Acesso em: 16 set. 2023.
- ARROYO, Matilde Ruiz; FUENTES, María del Mar Fuentes; JIMÉNEZ, Jenny María Ruiz. Um estudo internacional sobre os fatores que explicam a expectativa de alto crescimento em novos empreendimentos: uma perspectiva de gênero. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, São Paulo, v. 18, n. 60, p. 171-190, abr./jun., 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbgn/v18n60/1806-4892-rbgn-18-60-00171.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2023.
- AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de; MENEZES, Wilson Ferreira; e FERNANDES, Cláudia Monteiro. *Fora de lugar: Crianças e adolescentes no mercado de trabalho*. Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET, 2000.
- BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda. PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3736/1/bmt57_nt02_participa%c3%a7%c3%a3o.pdf. Acesso em 12 de setembro de 2023.
- BRUSCHINI, C. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. *CIEC - Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, ano2, n.1, 1º semestre/1994, p.17-32.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, M. e HIRATA, H. (Orgs.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003.
- BRUSCHINI, C.; RICOLDI, A. M. e MERCADO, C. M. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, A. O.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C. e HIRATA, H. (Orgs.). *Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- BUTTO, Andrea; BRUMER, Anita; BORDALO, Caroline; SILIPRANDI, Emma; JALIL, Laeticia; FARIA Nalu; BRUNO, Regina; WEITZMAN, Rodica; CINTRÃO, Rosângela; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina Peres R. da; CONCEIÇÃO, Pedro Henrique Zuchi da. *Agricultura: evolução e importância para a balança comercial brasileira*. Brasília: Ipea, 2014.
- BUTTO, A.; HORA, K. E. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. Z. [Orgs.]. *Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008.
- CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA) E CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (CNA). PIB do

agronegócio brasileiro de 1996 a 2023. Disponível em: <
<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx> >.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA. PIB do agronegócio. Balanço de 2017. Disponível em:
https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/pib_agronegocio_balanco_2017.pdf. Acesso em: 07 nov.2023.

CONTINI, Elísio; GASQUES, José Garcia; LEONARDI, José Barros de Aguiar; BASTOS, Eliana Teles. Evolução Recente e Tendências do Agronegócio. Revista de Política Agrícola.n. 1. p. 5-28. jan./fev./marc./2006.

CORRÊA, A. M. H. O assédio moral na trajetória profissional de mulheres gerentes: evidências nas histórias de vida. 2004. 184f. Dissertação (Mestrado em Administração) Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R.A. A concept of agribusiness.Division of Research.Graduae School of Business Administration. Boston: Harvard University, 1957.
 FLICK, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.
 GILIO, L.; SILVA, A. F.; CASTRO, N. R. O MERCADO DE TRABALHO FEMININO DA AGROINDÚSTRIA SUCROENERGÉTICA. Revista da ABET, [S. l.], v. 18, n. 2, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1676-4439.2019v18n2.46342. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/46342>. Acesso em: 5 out. 2023.

HILL, R. C; GRIFFTHS, W.E; JUDGE, G.G. Econometria. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. Plano de Médio Prazo 2018-2022. São José, C.R.: IICA, 2018LIMA, Amanda Barroso; ABREU DOS SANTOS, Beatriz; VASCONCELOS, Isadora Cardoso. Desafios e perspectivas para as mulheres rurais no Brasil sob a ótica da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo. Brasília: PNUD Brasil, 2016.

JÚNIOR, Wilson Auto Alves; OLIVEIRA; Edson Aparecida de Araújo Querido; SANTOS, Moacir José dos. A importância do agronegócio como propulsor do crescimento econômico de Rio Verde-Go. Web Artigos, 2012. Disponível em: . Acesso em: 20 abr. 2018.

LEONE, E. T. Participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro no contexto do crescimento econômico com distribuição de renda (2004-2013). Texto para Discussão, IE/Unicamp, n. 363, p. 14, 2019.

MACHADO, Hilka Vier. Identidade empreendedora de mulheres no Paraná. Tese(doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós. OECD. Cerrando las brechas de género. Es hora de actuar, OECD, 2012. Disponível em:
 <https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/cerrando-las-brechasde-genero_9789264,08582>. Acesso em: 11 nov. 2023

OLIARI, Terezinha Bernadete Pinto. O comportamento estratégico na gestão feminina de organizações rurais: um estudo empírico. XX SEMEAD, 20, 2017.

OLIVEIRA, A. S. R.; SILVA, I.R. Indicadores educacionais no Ensino Superior Brasileiro: possíveis articulações entre desempenho e características do alunado. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 1, p. 157-177, mar. 2018.

OLIVEIRA, N.; OLIVEIRA, R. C. M., DALFIOR, S. Gênero e novas perspectivas de trabalho: um estudo junto a mulheres gerentes de atendimento no Banco do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 24, 2000, Florianópolis, Anais...Florianópolis: ENANPAD, 2000.

Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) Brasília, DF, 2021

RAMSEY, J. B. Tests for specification errors in classical linear least squares regression analysis. Journal of the Royal Statistical Society B, 31:350-71, 1969.

RIBEIRO, R. M., & de Jesus, R. S. (2018). A inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil. Revista De Ciências Humanas, 1(1). Recuperado de <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/1366>. VIANA, Raquel. Produto 1: Documento técnico contendo análise das diretrizes e ações do Documento Base da Conferência Nacional de Economia Solidária e sua interface com as mulheres rurais. Brasília: IICA/MDA-NEAD, 2014.

VILAS BOAS, L. H. B.; PAULA NETO, A.; CRAMER, L. Relações de gênero nas organizações: um estudo no setor de vendas de veículos. Revista de Administração. São Paulo, v.38, n.3, p.219-229, jul./ago./set. 2003.

WÜNSCH FILHO, V. Perfil epidemiológico dos trabalhadores. Revista Brasileira de Medicina do Trabalho. Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p-103-117, abr./jun. 2004.

ZANUSSO, Renata Cristina Gonçalves de Souza, ASSIS, Rosiane Hernandes de. A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho, VI Congresso Virtual Brasileiro de Administração. CONVIBRA, 2009.